

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - PSOL

Programa de Governo

A CURITIBA QUE QUEREMOS

Letícia Lanz - Prefeita

Giana De Marco - Vice-prefeita

Curitiba, 2020

A CURITIBA QUE QUEREMOS	3
1. Ambiental	8
2. Saúde	18
3. Mulheres	21
4. LGBTQI+	24
5. Educação	29
6. Negras e Negros	32
7. Cultura	36
8. Transporte, Mobilidade e Direito à Cidade	39
9. Gestão Participativa	45
10. Antiproibicionismo	47
11. Esporte e Lazer	49
12. Assistência Social	53
13. Trabalho e Renda	57
14. Acessibilidade	60

A CURITIBA QUE QUEREMOS

O verdadeiro genocídio que estamos enfrentando durante a pandemia do Covid-19 é muito mais que uma crise sanitária. É uma crise social e econômica que afeta toda a existência humana. Afeta o trabalho, as relações sociais, a educação, o meio ambiente e o próprio direito à vidas das pessoas pobres, pretas e periféricas, uma crise civilizatória.

Em Curitiba, assim como no resto do Brasil, as mortes pelo novo coronavírus têm cor e endereço marcado. Desde o início da pandemia, as mortes de pessoas pretas aumentaram 65%, enquanto a de pessoas brancas apenas 1%. Nesse dado percebe-se não só a maior mortalidade de pessoas pretas nessa pandemia, mas o aumento do genocídio patrocinado pelo Estado, por conta da fome e da falta de acesso básico à saúde e à moradia. A necropolítica estatal se manifesta em políticas públicas altamente desiguais quanto ao acesso dos diversos segmentos da população à direitos básicos. O resultado é a marginalização, invisibilização e exclusão de territórios específicos da cidade, onde não há acesso a transporte, atendimento de saúde, saneamento básico, e em que se sofre com a constante falta de água, causada pela seca e agravada pelo descaso e desleixo de uma administração pública calcada em um projeto sistemático de destruição ambiental - além das ações policiais, que mais parecem ações de extermínio, e que são o retrato da desigualdade da nossa cidade.

As mulheres curitibanas, assim como em todo o Brasil, são as mais atingidas em tempos de crise. Em meio à circulação de uma doença mortal, um isolamento social capenga e uma onda de conservadorismo e neoliberalismo, as mulheres, principalmente pobres, pretas e trans são as pessoas mais atingidas e as que mais sofrem com a perda dos seus empregos, com o aumento tanto da carga de trabalho quanto da violência doméstica, bem como são as mais atingidas pela infecção da doença, pois compõem a maioria dos trabalhadores da saúde. Essas mulheres, marginalizadas pelo capital e pelo patriarcado, são obrigadas a migrar para empregos informais, a sobreviver com os mirrados auxílios governamentais e com a falta de acesso aos serviços de segurança e saúde. O Estado tampouco se importa com mulheres trabalhadoras do sexo, cis e trans que, em nome da própria

sobrevivência, são obrigadas a colocarem suas vidas em risco de violência e doença todos os dias.

Com a onda conservadora que tem se abatido sobre os lares brasileiros, a comunidade LGBTI+ também não encontra amparo e proteção nas políticas públicas da cidade de Curitiba. A prefeitura não dispõe nem mesmo de acolhimento especializado para a população LGBTI+, que vive abandonada nas ruas, vítimas da expulsão de casa pelos pais e responsáveis, atirando essas pessoas na marginalização, sujeitas a fome, à exploração sexual, à violência e às doenças, físicas e psicológicas de todo tipo.

Mito de cidade modelo, Curitiba possui na realidade mais de 300 favelas, milhares de pessoas em situação de rua e uma rede de transportes baseada na lógica do trabalho masculino, com linhas de ônibus que vão e voltam exclusivamente para o centro. Nesta cidade um garoto de 13 anos pode ser abordado na frente da sua casa no Parolin, e ter sua morada invadida por mais de 4 policiais, armados até os dentes, para prendê-lo pelo crime de ser preta e periférica. A necropolítica em nível municipal é aplicada pelo cassetete da Guarda Municipal, pelo controle das vidas da periferia, pela destruição ambiental, enchentes e negação do acesso a cidade.

A Curitiba que queremos não é essa cidade excludente, que abandona sumariamente sua população periférica e que coloca mordaza nas ruas; que violenta e aprisiona a juventude, especialmente a juventude pobre e desempregada, em vez de garantir a sua possibilidade de crescer através da educação, da cultura e do trabalho a que tem direito.

Queremos uma Curitiba de todas as pessoas, em que os parques e festivais de teatro sejam acessíveis a toda a população, com segurança pública e linhas de transporte para que todas as pessoas possam usufruir de todo o equipamento urbano da cidade.

Nosso momento é desesperador, mas é também igualmente promissor. Temos visto inúmeros movimentos de luta eclodirem dentro dessa pandemia: movimentos antifascistas, de negritude e de juventude que se recusam a aceitar uma cidade e um país como Grecas, Francischinis e Ratinhos desejam, e que reivindicam uma Curitiba como nós realmente precisamos de ter.

Não é raro em Curitiba cenas como a do ato antifascista que lotaram as ruas mesmo durante a pandemia, mas essas pessoas não conseguem se enxergar nos espaços partidários e muito menos de representação política, gerando o abismo que hoje percebemos entre os representantes municipais e as necessidades dos curitibanos. Esse cenário é agravado pela ascensão de governantes fascistas e neoliberais, que se comportam como defensores do lucro de grandes empreendimentos, jamais levando em conta os reais interesses e necessidades da população, os altíssimos custos humanos envolvidos, as dificuldades econômicas, sociais e psicológicas que os cidadãos vêm enfrentando nessa pandemia, além do recorde de mortes que já passa de 130.000 pessoas no país.

Nesse cenário tão contundente, nunca precisamos tanto de uma gestão pública responsável, humana, voltada para o bem estar das pessoas e não para o lucro de alguns poucos. Uma gestão que priorize os idosos, as crianças, as mulheres, a negritude, as LGBTQIA+, as pessoas com deficiência, a periferia, o povo esquecido e marginalizado da nossa cidade. Precisamos de uma prefeitura, e não uma zeladoria que só se preocupa em asfaltar, recauchutar e embelezar a cidade, desviando nossos olhares para que não percebamos que as estruturas municipais estão podres e enferrujadas.

Nesse pleito municipal de 2020, Curitiba já conta com mais de 15 pré-candidatos à prefeitura da cidade. Entretanto, esse alto número de postulantes ao cargo de prefeito não representa nenhuma variedade ou diversidade de ideias e posturas. É só olhar mais de perto para vermos que são candidaturas praticamente iguais, em todos os aspectos: homens e mulheres brancos, cisgêneros, heterossexuais, ricos, conservadores, alguns até pertencentes a famílias tradicionais da cidade, que tem longa relação parasitária com a política e cujos discursos são basicamente os mesmos, voltados para a proteção e defesa do grande capital.

Daí a urgência de uma candidatura diferente, capaz de expressar a nossa classe trabalhadora, que é quem realmente produz e movimenta a nossa cidade. Uma candidatura realmente voltada para a defesa dos interesses e das necessidades das pessoas e não do capital e do lucro. Que tenha atenção especial

e esteja ao lado das milhares de pessoas que acordam cedo e deixam suas casas para ir trabalhar, das pessoas desempregadas, da juventude da periferia.

Para mudar é preciso inovar, pensar diferente. É necessário ouvir quem nunca é ouvido. Dialogar com as periferias, com as mulheres, com as negras e negros, com a população LGBTQIA+, com os estudantes, com os professores, com as donas de casa, com os idosos, com os aposentados, com os nossos pesquisadores, cientistas e intelectuais.

É essa matriz, tão ampla e diversificada, que verdadeiramente compõe a grande maioria da nossa população curitibana. E é dessa matriz que vem Letícia Lanz, candidata do PSOL à prefeitura municipal. Letícia Lanz é mulher transgênera, casada há 43 anos, pai de dois filhos e uma filha e avô de 3 netos e duas netas. Letícia Lanz é Psicanalista com especialização em Gênero e Sexualidade pela UERJ. É formada em Economia pela UFMG, com mestrado em Sociologia pela UFPR. Letícia aceitou o desafio de lutar por uma Curitiba igualitária, inclusiva, solidária, justa e sustentável, que são os nossos grandes pilares ideológicos do PSOL. Ela concorre à prefeitura para dar voz e lugar de fala às minorias que são, na verdade, a grande maioria das pessoas na nossa cidade e nosso país. Também é dessa matriz que vem Giana De Marco, mulher feminista e ativista social, advogada especializada em causas LGBTI, tendo inclusive sido pioneira no Brasil na representação de casos atinentes à reprodução artificial entre casais homoafetivos. Filiou-se ao PSOL em janeiro de 2016, quando já concorreu ao cargo de vereadora. Em 2018 candidatou-se a deputada federal, e em 2020 fundou, ao lado de outras companheiras, o Juntas, coletivo feminista e anticapitalista de expressão nacional que discute política para mulheres. Agora em 2020, com mais força do que nunca e inspirada pela garra de sua companheira de chapa, concorre ao Executivo como vice-prefeita com o grande papel de, ao lado de Letícia, trazer uma política arejada, coletiva e combativa ao Executivo de Curitiba.

Para esse objetivo, debatemos os seguintes eixos temáticos a fim de criarmos um programa popular capaz de abordar com radicalidade a crise civilizatória que estamos vivendo, e toda a nossa diversidade:

1. Ambiental

2. Saúde
3. Mulheres
4. LGBTQI+
5. Educação
6. Negras e Negros
7. Cultura
8. Transporte, Mobilidade e Direito à cidade
9. Orçamento, Política Tributária e Gestão Participativa
10. Antiproibicionismo
11. Esporte e Lazer
12. Assistência Social
13. Trabalho e Renda
14. Acessibilidade

Com esses eixos temáticos, estamos abarcando de forma ampla e consistente a realidade dos trabalhadores, estudantes, donas de casa, pequenos negociantes e empreendedores, aposentados e desvalidos que compõem a classe trabalhadora de Curitiba, que tem uma necessidade gritante de representação e de organização política.

1. Ambiental

O ano de 2019 foi catastrófico para o meio ambiente no Brasil, capitaneado por Bolsonaro e o Ministro Salles, intensificaram-se os ataques às florestas, aos indígenas e ao MST e viu-se um verdadeiro desmonte das já frágeis políticas ambientais do país.

Em consonância com a esfera federal, o governo Ratinho empreendeu ataques ao meio ambiente, em prol de empresas privadas, como é o caso emblemático de Pontal do Paraná. Em Curitiba, além de não dar resposta nenhuma à crise hídrica corrente, Greca vem fazendo uma gestão voltada para os empresários do lixo, do asfalto e do transporte urbano, em que o interesse social e ambiental são postos inteiramente de lado, em favor do lucro desses negócios privados.

O Psol, com seus Parlamentares, sempre implacável na defesa do meio ambiente, defende um programa de longo alcance para Curitiba, um programa Ecosocialista que visa harmonizar as políticas da nossa cidade com o meio que ela se encontra. Somos parte de uma coletividade e como tal a nossa contribuição para o futuro tem que ser feita coletivamente: não podemos agir de maneira isolada. A Educação ambiental e abordagem corajosa das necessidades futuras dos nossos jovens que irão sofrer cada vez mais os efeitos da falta de cuidado com o planeta são temas que têm que estar permanentemente nas nossas pautas municipais.

Esse é o sentido das propostas que apresentamos a seguir, visando tornar Curitiba uma cidade amplamente sustentável, dentro do espírito do Ecosocialismo que defendemos.

Propostas:

Agroecologia

1. Curitiba livre de agrotóxico: Criar área livre de agrotóxico nos limites do município, com fiscalização efetiva e criar um fórum com os demais municípios da região metropolitana de Curitiba para criar a área livre de agrotóxicos na RMC até 2030, fortalecendo a agroecologia e favorecendo nossa saúde.

2. Hortas comunitárias: Criação de programa de expansão de hortas comunitárias e agricultura urbana, em parceria com os linhões de energia da copel e com o INSS, para a criação de uma fazenda urbana no imenso terreno disponível no Cabral, visando também a criação de hortas em espaços vazios da cidade (lembrando que o centro de Curitiba possui 30% de áreas ociosas), assim como oferecer apoio técnico e oportunidade de escoar esses produtos em feiras e em compras pelo poder público.
3. Agroflorestas urbanas: Recuperação da mata ciliar nas áreas de encostas dos rios com a criação de agroflorestas, onde teremos o plantio da flora nativa e também de outras espécies não invasoras e fontes de alimento.
4. Criação do banco de sementes municipal de modo a guardar, catalogar e multiplicar toda a diversidade de sementes crioulas existentes no município, oferecendo aos agricultores acesso a essa diversidade.
5. Certificação e incentivos fiscais: Criar instrumentos de certificação e de incentivos fiscais para a produção sustentável, com devida regulamentação municipal.
6. Feiras de produtos agroecológicos: Criação de feiras nas periferias com valor subsidiado e acessível para as famílias. Essas feiras seriam um espaço plural com apresentações culturais, educação ambiental, cultura alimentar, trocas de mudas, sementes e alimentos e movimentação da economia local com a venda de artesanato e produtos da comunidade.
7. Garantir que a merenda escolar seja composta por alimentos orgânicos, provenientes da agricultura familiar.

Mobilidade

8. Tarifa Zero de transporte público sustentável: Curitiba é a capital com mais automóveis per capita, não a toa, pois é também a capital que possui uma das tarifas de transporte público mais caras do país, o que compromete em média 15,25% do orçamento das famílias (Portal mobilize.org.br). Levando em conta que a principal fonte de poluição atmosférica é o uso do transporte automotivo e que a mobilidade é um direito que dá acesso a outros direitos, vamos implementar a tarifa zero. Isto será possível com a reestatização da

frota e destinação de recursos que iriam para as empresas de ônibus, bem como com recursos de outras áreas, a exemplo do que a prefeitura destina ao transporte de resíduos e para fazer asfalto onde não é necessário, além de contar com aporte de que as empresas destinariam ao transporte dos funcionários.

9. Ampliação da frota de transporte coletivo com uso de biocombustíveis e veículos elétricos e ampliar o serviço, principalmente, nas áreas periféricas onde a população é menos atendida pelo transporte público.
10. Incentivar o uso compartilhado de meios de transporte: Criar regulamentação para que as empresas que desejarem atuar na cidade com carros elétricos, bicicletas e patinetes compartilhados tenham compromissos e possam facilitar a mobilidade das pessoas através de um serviço responsável, de qualidade e acessível à população. Colocar, também, a possibilidade de criar aplicativos da prefeitura para estes serviços de mobilidade.
11. Expandir a malha cicloviária: Melhorar as existentes e criar novas ciclovias, ciclofaixas e ciclorrotas, de forma a conectar toda a cidade (conexão entre bairros, conexão entre parques, rotas nos bairros e acesso à serviços públicos) e possibilitar o trânsito seguro de bicicletas e outros modais não motorizados (skate, patinete, entre outros) e pedestres.
12. Conectar modais: Possibilitar o uso da bicicleta em conjunto com o transporte público, por meio do transporte das bicicletas em ônibus e estacionamento seguro nos terminais e estações tubo, facilitando a mobilidade da população.
13. Fechar o bairro Centro aos domingos para circulação de veículos não motorizados, propiciando lazer e convívio para a população.
14. Programa de calçadas para mobilidade pedestre: Mobilidade também compreende a mobilidade dos pedestres, que deve ser propiciada através de um programa de adequação das calçadas da cidade, para que sejam seguras e acessíveis, principalmente em áreas esquecidas pela prefeitura e distantes do centro.

Água

15. Programa de despoluição dos rios: Criar programas de despoluição dos rios da cidade com participação ativa das comunidades adjacentes aos corpos hídricos (a exemplo de iniciativas como ecobarreiras que retiram plástico dos rios), bem como monitorar periodicamente a qualidade da água.
16. Controle de enchentes: Evitar a excessiva impermeabilização do solo através da criação de espaços públicos verdes, como jardins de chuva, hortas comunitárias (item 2), parques e praças, e de construções sustentáveis, capazes de absorver as chuvas e reter sua água.
17. Plano de manejo do entorno dos reservatórios da RMC: A água que abastece Curitiba vem de reservatórios na RMC (Iraí, Piraquara I, Piraquara II, Passaúna) que devem ter seu entorno preservado, a fim de garantir que a água não evapore e não seja contaminada. Para isso, é necessário um plano conjunto com a RMC para que o entorno das represas e dos rios que desaguam nelas tenham suas matas preservadas e/ou restauradas. Também devem ser incentivadas atividades que resgatem o ecossistema, como agroflorestas, RPPNs e ecoturismo, e reprimidas atividades que degradam o solo e prejudicam a qualidade da água, como monocultura e uso de agrotóxicos.
18. Campanhas de reflorestamento e uso consciente da água: Grandes campanhas que engajem a sociedade, colégios, universidades, movimentos, ativistas e organizações devem ser feitos para destacar a importância de se preservar a nossa água, bem como firmar compromisso das empresas com a redução do uso de água e conscientizar a população e as empresas para a maneira como usamos este bem de todos.
19. Programa de transição do uso da água na prefeitura: A Administração Pública tem o dever de incentivar o uso consciente da água, por captação da água da chuva, reuso e tratamento de esgoto ecológico, sendo que todos os prédios da administração municipal deverão se adequar a este programa.
20. Manutenção da rede: Manutenção constante da rede de água tratada, de modo a evitar desperdício de por vazamentos.

Esgoto

21. Ampliar o saneamento básico como ação prioritária de caráter público, principalmente nas regiões periféricas da cidade e em áreas de ocupação.
22. Valor escalonado: A exemplo de outras capitais, é justo que pessoas de renda menor paguem proporcionalmente menos pelo tratamento de esgoto, para que não sejam obrigadas a sair da rede por falta de condições de pagá-lo.
23. Programa de tratamento de esgoto ecológico local: Fomentar um programa que instale tratamento de esgoto com Bacia de Evapotranspiração, Biodigestor e Banheiro seco para famílias de baixa renda.
24. Fiscalizar despejo de esgoto inadequado: Efetivar a fiscalização de despejo de esgoto e resíduos nos rios da cidade, seja por empresas, condomínios ou residências.

Lixo e resíduos

25. Conscientizar sobre o uso dos descartáveis e plásticos: Criar campanhas para conscientizar a população curitibana sobre a poluição por resíduos descartáveis, além de incentivar o uso de embalagens retornáveis e zerar o uso de descartáveis na administração pública.
26. Zerar resíduos orgânicos: Mais da metade dos resíduos destinados ao aterro é orgânico. Transportar esse tipo de resíduo para enterrar é desperdício de dinheiro público, por isso vamos fazer um plano de transição para zerar o resíduo orgânico no aterro até 2030.
27. Implantar pátios de compostagem em diversos pontos da cidade, de preferência conectados à hortas comunitárias, e incentivar grupos e coletivos de compostagem.
28. Cooperativas de materiais recicláveis: Fazer a transição para um modelo em que cooperativas de catadores e recicladores façam a coleta e a destinação dos recicláveis.
29. Recolhimento e reaproveitamento de resíduos da construção civil em obras públicas, zerando este tipo de resíduo.

30. Participação Popular e de coletivos: Tratamento de lixo com gestão pública e participação de coletivos e da população, visando metas para redução substancial da geração de lixo.
31. Programa de troca de recicláveis nas comunidades por moeda social, que pode ser revertida em produtos ou serviços da comunidade, incentivando, assim, a economia solidária.

Educação ambiental

32. Escolas sustentáveis: Considerar transversais à todo currículo de educação municipal a educação ambiental, promovendo um uso sustentável das escolas, por meio do estímulo à economia de energia, ao uso responsável da água, à destinação correta dos resíduos e à hortas comunitárias, em que educadores, familiares e alunos se engajem na ocupação do espaço público escolar.
33. Formação grupos de estudos em uma perspectiva crítica acerca do modelo predatório de desenvolvimento e consumo.
34. Criação de pontos de cultura socioambiental: Locais com a função de desenvolver educação ambiental de forma descentralizada.
35. Criação de rede de educação ambiental com a presença de coletivos, movimentos, ecovilas, institutos e espaços de proteção ambiental para a imersão em iniciativas e espaços de preservação.
36. Fazer parcerias com as aldeias indígenas da cidade e RMC para que haja uma troca de conhecimentos e ensinamentos sobre o Teko Porã (bem viver) e grupos escolares e coletivos, para que estes possam aprender um pouco sobre a cultura indígena, que carrega em si um grande exemplo de preservação.

Permacultura

37. Criação de moeda local, incentivando a economia local e a troca entre as pessoas que moram na mesma região, com a criação de um aplicativo para potencializar o seu uso.

38. Eco Bairros: Construção de bairros modelos na forma de se tratar água, energia e resíduos, além de rearborização e criação de espaços como hortas e pátios de compostagem. Fomentar, também, institutos de educação ambiental e permacultura e criar mecanismos para circulação da moeda local. Para a escolha dos lugares beneficiários, se daria a preferência aos bairros que não recebem a devida atenção do poder público. O ecobairro seria um experimento a expandir para as demais áreas da cidade.
39. Promoção da descentralização da cidade, através da reorganização de serviços múltiplos, integrados e descentralizados que reduzam a necessidade de locomoção e aproximem a casa do trabalho.
40. Criação de programa de formação continuada em Permacultura: Os aspectos práticos da permacultura constituem saídas concretas ao discurso ambiental, por isso é tão importante difundi-los e populariza-los, seja em parceria com a comunidade acadêmica ou por iniciativa popular.
41. Fomento a projetos de iniciativa popular ou acadêmica para desenvolvimento da permacultura no município como resposta às questões ambientais.

Bioconstrução

42. Programa de uso de bambu para construção de casas populares: O bambu é uma matéria prima muito versátil, com ótimo custo benefício e que está sendo descoberto para diversos propósitos. Por isso, propomos o estudo de viabilidade em se adotar um programa para explorar o uso desta matéria em construções de boas casas populares.
43. Programa de uso de técnicas de bioconstrução para casas populares: a exemplo do bambu, outras técnicas podem ser usadas, como adobe, superadobe e cob.
44. Construção da casa-escola modelo bioconstruída, que servirá de base para cursos de bioconstrução e permacultura.

Energia

45. Elaborar estudo com a meta de estabelecer um prazo para zerar a utilização de combustíveis fósseis na cidade.

46. Criar um programa específico de eficiência energética que estimule a economia e promova a arquitetura e as tecnologias com o menor uso de energia elétrica.
47. Instalação progressiva de placas solares em prédios municipais (administração, escolas, postos de saúde, entre outros).

Participação popular

48. Apoio a coletivos e outras iniciativas de micropolítica que tenham ação centrada na preservação e restauração ambiental
49. Criação de comitês populares sobre recursos hídricos, transporte, gestão de resíduos, gestão dos parques e mudanças climáticas.

Fauna

50. Transformação do zoológico em um santuário. A adoção dessa perspectiva permite mais respeito aos animais, não expondo-os em jaulas minúsculas.
51. Instituir a Política de Preservação das Abelhas Nativas, importantes agentes polinizadores da nossa flora.
52. Oferecer apoio Organizativo às associações de proteção aos direitos dos animais.

Flora

53. Efetivar a gestão das UCs (Unidades de Conservação) municipais, de modo a garantir a preservação das áreas florestais remanescentes na cidade.
54. Criar áreas de preservação em terrenos que ainda apresentam relevante composição ecológica e ecossistemas ameaçados, tais como as Florestas de Araucária.
55. Programa de reflorestamento da cidade em vias públicas, praças e espaços vazios da cidade, incluindo a criação de pomares de árvores nativas, ressaltando o valor das frutas de nossas florestas, e recuperação da mata ciliar dos rios que cortam a cidade.
56. Áreas de Preservação Permanente: Avaliar as potencialidades e necessidades na recuperação e preservação das APPs situadas em áreas

efetivamente urbanizadas e de expansão urbana, bem como criar novos modelos de gestão dessas APPs, com a participação das comunidades e parcerias com entidades da sociedade civil, principalmente nas regiões oeste e sul do município.

57. Estruturar Parques Lineares por meio de normas para a instalação de atividades de esporte, lazer, cultura e convívio da população, compatíveis com a função ambiental dessas áreas.
58. Criar Políticas Municipais de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) e Instrumentos Econômicos de Conservação com um fundo específico para PSA Urbano. Ademais, utilizar o ICMS ecológico ou IPTU Verde como mecanismos de transferência de renda, favorecendo as regiões mais pobres do município e articulando, de fato, uma política de PSA.

Socioambiental

59. Regularização fundiária e ambiental: Definir procedimento administrativo compreensível, a fim de garantir assistência técnica à população para a regularização Fundiária e Ambiental de Interesse Social e de Interesse Específico.
60. Priorizar a transparência e a participação popular, a fim de promover a responsabilidade ambiental coletiva.
61. Garantir o direito das populações vulneráveis e povos tradicionais ao uso da terra, bem como fortalecer as políticas de apoio à indígenas na cidade, com a reestruturação e ampliação da Casa de Passagem Indígena, a fim de melhor acolher as famílias.
62. Justiça socioambiental: Estabelecer, em caráter permanente e contínuo, parcerias técnicas e científicas entre a academia, a sociedade civil e o poder público municipal, de modo a promover a justiça socioambiental em Curitiba.
63. Moradia x APPs: O principal conflito e complexidade em APPs são os casos que apresentam a necessidade de realocação de moradores. Neste caso as soluções precisam ser debatidas de forma participativa e o poder público deve encontrar formas de garantir o direito de moradia justa e digna aos realocados. Nossa proposta é a arrecadação de imóveis vagos, com base no

art. 1.276 do Código Civil, para fins ambientais e de relocação de famílias em áreas frágeis e/ou de risco. O imóvel urbano que o proprietário abandonar com a intenção de não mais o conservar em seu patrimônio e que se não encontrar na posse de outrem poderá ser arrecadado como um bem vago e passar, três anos depois, à propriedade do Município ou à do Distrito Federal, se se achar nas respectivas circunscrições.

64. Criação de um Plano de Ecoturismo Sustentável para a cidade.

65. Criação de redes de trocas e de doações através de aplicativo e redes sociais, propiciando uma economia solidária com menos consumo e mais apoio entre os moradores de Curitiba.

Mudanças Climáticas

66. Declarar emergência climática, reconhecendo a extrema ameaça do aquecimento global e seus impactos como ciclones, secas, queimadas, inundações, terremotos e demais desastres que atingem principalmente as pessoas mais vulneráveis.

67. Promover a parceria entre a sociedade civil, Governo Municipal e profissionais técnico-científicos para discutir e criar propostas conjuntas para enfrentar as mudanças climáticas, construindo planos de defesa civil, assim como de prevenção à desastres socioambientais.

2. Saúde

O SUS - Sistema Único de Saúde é uma das maiores conquistas do povo brasileiro. Construído a partir do movimento da reforma sanitária brasileira, composto por trabalhadores, médicos residentes e figuras proeminentes no cenário acadêmico do país, a saúde pública tornou-se um direito de toda a população brasileira a partir da Constituição de 1988. Com seus princípios norteadores - acesso universal, equitativo e integral -, o SUS visa o atendimento de toda a população, sem distinção de raça, gênero, idade, classe socioeconômica e orientação sexual, garantindo o acesso da população por meio do incentivo à participação popular, através dos Conselhos de Saúde.

Apesar da sua fundamental importância para o povo brasileiro, o SUS vem sofrendo cortes e precarizações sistemáticas. A falta de investimento e de controle público sobre a gestão das políticas de saúde tem gerado um caos no atendimento da população, especialmente no que se refere à enorme carência de profissionais de saúde e insumos básicos.

A precarização do SUS ficou ainda mais evidente nesse ano de 2020, diante da pandemia do COVID -19, com vários escândalos sobre a aquisição de insumos pelo Brasil afora, com a falta de EPIs para os trabalhadores, com a falta de medicações, com a falta de resposta dos governos, com a queda de dois ministros da saúde e até hoje, quase quatro meses depois, sem alguém que ocupe a pasta da saúde com efetividade. Hoje, com mais de 130 mil mortes e uma governança genocida no país, nunca foi tão necessário e urgente protegermos e fortalecermos um sistema de saúde que foi criado com muita luta e que representa um grande patrimônio do povo brasileiro.

Tal como ocorre no restante do país, a resposta do sistema de saúde pública não está sendo nem efetiva e nem eficaz em Curitiba.. A gestão de Rafael Greca, a serviço dos grandes empresários, colocou a cidade como refém dos interesses de poucos, deixando a saúde da população num ofuscado e distante segundo plano. Medidas mais rápidas e mais adequadas ao enfrentamento da pandemia poderiam ter sido tomadas desde o início, para que não se repetisse aqui o número de mortos verificado em outras grandes cidades do país.

Além da lentidão e ineficiência no enfrentamento da pandemia, os baixos investimentos na área da saúde pública de Curitiba foram escancarados durante o crescimento dos casos do coronavírus. O número de profissionais de saúde para o atendimento da população curitibana, que já era insuficiente antes da pandemia, obrigou a contratação emergencial para atender o crescimento dos casos de COVID-19. Além da precarização do trabalho, a carga excessiva de trabalho afeta a saúde física e mental dos trabalhadores na área da saúde, levando a níveis altíssimos de estresse que geram um aumento generalizado de afastamentos e, muitas vezes, ao suicídio.

Propostas:

1. Fortalecimento da atenção primária em saúde, com maior investimento nas Unidades Municipais de Saúde;
2. Contratação imediata, por concurso público, de Profissionais do Núcleo de Atenção à Saúde da Família;
3. Reorganização dos Centros de Atenção Psicossocial nas modalidades de Transtornos Mentais e uso de Substâncias Psicoativas;
4. Fortalecimento das Equipes de Consultório na Rua, com aumento na infraestrutura existente, através da contratação de mais profissionais para atendimento das demandas não atendidas;
5. Reconstrução da FAS, visto que a mesma tem se eximido das obrigações de atendimento aos cidadãos em situação de rua;
6. Diminuição na fila de espera da atenção primária em saúde para consultas em especialidades;
7. Melhorias das estruturas físicas dos Centros de Atenção Psicossocial, para que estes sejam locais de reinclusão social e construção de autonomia para os sujeitos com transtornos de saúde mental;
8. Efetivação dos recursos para plano de carreira frente à FEAS;
9. Reabertura das maternidades Victor Ferreira do Amaral e do Centro Comunitário Bairro Novo, tendo em conta a importância social de ambos os serviços;

10. Construção de um ambulatório especializado para a mulher curitibana, que possa atender a mulher em todos os ciclos de vida.
11. Implementação da jornada de 30 horas semanais para todos os trabalhadores do setor de saúde municipal;
12. Ampliação dos investimentos na Saúde do Município;
13. Fortalecimento e divulgação dos espaços dos conselhos locais de saúde, assim como das conferências;
14. Combate à privatização dos serviços públicos de saúde de Curitiba, em especial na rede de saúde mental e de serviços diagnósticos.

3. Mulheres

A luta pela construção de uma sociedade solidária, sustentável, igualitária e socialmente justa é a luta feminista por excelência. Além de buscar pela transformação das condições materiais impostas às classes trabalhadoras, combatendo a pobreza e a concentração de renda, o socialismo tem a tarefa de lutar pela superação das desigualdades entre homens e mulheres.

Na sociedade em que vivemos, os homens cis ainda têm muito mais oportunidades, direitos e privilégios do que as mulheres que recebem os menores salários e frequentemente ocupam funções mal remuneradas, relacionadas às tarefas de cuidado. A participação das mulheres no mercado de trabalho também não implica em uma divisão igualitária das tarefas no âmbito doméstico. Pelo contrário, gera para elas uma sobrecarga de trabalho, uma vez que são obrigadas a fazer dupla jornada, em razão da ausência dos homens na realização das tarefas domésticas.

Nessa lógica, são as trabalhadoras negras as que ocupam os postos de trabalhos mais precarizados e mais mal-remunerados do mercado de trabalho. Isto pode ser confirmado pelos dados do Dieese que mostram que, entre as trabalhadoras domésticas, o maior percentual é de mulheres negras.

A cultura machista continua explorando as mulheres de muitas e das mais variadas formas. Além de terem que enfrentar o peso da opressão de classe, nós, mulheres, também temos que enfrentar o machismo, o racismo, a LGBTIfobia e demais opressões que recaem sobre as mulheres do campo, das periferias, das florestas, etc. Estas mulheres, sejam cis ou trans, ao lutar pela própria sobrevivência e pela de suas famílias, constroem diariamente ferramentas de resistência ao sistema posto. O combate ao machismo requer que um partido como o PSOL seja um espaço verdadeiramente feminista, antirracista, lutador das causas LGBTI+ e de todas as lutas travadas por corpos femininos.

Historicamente, homens cis são educados para ocupar os espaços públicos e as mulheres os espaços privados, sendo responsabilizadas pelas funções do trabalho doméstico, como alimentação, limpeza e o cuidado com as crianças.

O PSOL possui paridade de gênero em todas as suas instâncias políticas e de direção do partido, além de defender, fomentar, apoiar e promover a participação

de nossas mulheres como candidatas nas eleições. Apesar disso, entendemos que não basta ter mulheres para lutar pelos seus interesses e defender seus direitos, precisamos dar condições para que elas consigam não só lutar, como também representar e serem representadas nos espaços institucionais.

Tão importante quanto garantir representação feminina na política, é assegurar que elas tenham espaço para construir um programa político de combate às desigualdades de gênero. Nesse sentido, o projeto do PSOL para a cidade de Curitiba tem como enfoque promover estratégias para combate à discriminação e violência contra as mulheres, compreendidas em toda a sua pluralidade e especificidades.

Para tanto, as nossas propostas são:

1. Promover, no âmbito da administração pública municipal, campanhas de combate à discriminação contra mulher, garantindo que servidoras municipais tenham acesso a canais de denúncia e acolhimento para tratamento de casos de assédio moral e sexual;
2. Promover políticas públicas específicas de inclusão no mercado de trabalho e renda, visando atingir mulheres em situação de vulnerabilidade social;
3. Reestruturar e fortalecer o Conselho Municipal das Mulheres, privilegiando o diálogo com a sociedade civil na construção de políticas públicas, com o objetivo de combate à discriminação de gênero
4. Promover políticas, no âmbito da saúde municipal, de combate à violência obstétrica, privilegiando ações que visem informar gestantes e capacitar equipes de atendimento, a fim de garantir um atendimento humanizado
5. Promover campanhas publicitárias para informar a população sobre assédio sexual, em especial no transporte público;
6. Fomentar debates e formações sobre saúde da mulher, reconhecendo as necessidades específicas de mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais no acesso ao serviço básico de saúde, garantindo que o atendimento ofertado não promova a discriminação.
7. Capacitação e Educação Permanente para que os profissionais de saúde do SUS possam orientar as mulheres decididas a fazer o aborto sobre os riscos e os métodos, sem julgamentos de valor;

8. Educação permanente para garantir atenção humanizada e tecnicamente qualificada, com objetivo de reduzir o número de complicações decorrentes de aborto;
9. Educação Permanente para os policiais militares, civis e a guarda municipal para o atendimento humanizado às mulheres em situação de violência;
10. Ações de incentivo à criação de redes solidárias ao combate da violência doméstica;
11. Aumento no número de vagas de unidade de abrigo de mulheres vítimas de violência, proporcional ao número de mulheres habitantes da cidade, garantindo o acesso às mulheres deficientes, surdas, idosas e com crianças de colo;
12. Priorizar a titularidade da moradia em nome das mulheres;
13. Implantar políticas de habitação diferenciadas que contemplem mulheres solteiras ou divorciadas que são chefes de família;
14. Implantar uma política de habitação para a população em situação de rua, com prioridade de atenção às mulheres, pois estas e seus filhos estão em condição de maior vulnerabilidade à violência física e sexual nas ruas.

4. LGBTQI+

Desde muito a sociedade atua para rotular expressões de gênero e sexualidade divergentes da normatividade que atende aos interesses da produtividade capitalista.

Dentro do contexto da sociedade fundada e voltada ao capital, permeada por um discurso conversador cis-heteronormativo, nossos corpos são tidos em uma lógica utilitarista e compreendidos apenas como mão-de-obra e de reprodução de novos corpos produtivos.

Nessa lógica, corpos divergentes são estigmatizados e rotulados para que se adequem à normatividade e à produção. Quem não se submete à violenta padronização sofre exclusão e marginalização.

As famílias e instituições nos expulsam e nos relegam às margens da sociedade.

Não temos espaço em uma educação que não é pensada para nos incluir. Segundo a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil, de 2015, 73% das pessoas entrevistadas afirmaram já ter sofrido agressão verbal em razão de sua orientação sexual e 60% não sentem segurança na escola pelo mesmo motivo.

Sem família e educação, nos sobram as ruas, onde nossos corpos se tornam mercadorias. Segundo pesquisa da Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), 90% das pessoas trans, em algum momento da vida, foram submetidas à prostituição como forma de sobrevivência no país que mais consome pornografia envolvendo travestis e transexuais e que mais as mata, ao ponto de a expectativa de vida de pessoas trans, no Brasil, ser de apenas 35 anos.

Somos vítimas de exploração por toda nossa vida, em posições marginalizadas. e nos tornamos descartáveis para uma sociedade normatizadora.

Vítimas de estigmatização, sofremos privação em nossa expressão de gênero e sexualidade e o exercício de quem somos é tipo como promiscuidade e aberração. Isto acarreta na legitimação da violência, da agressão e da morte, que nos são infringidas cotidianamente.

Nós, pessoas LGBTQI+, divergentes da normatividade imposta, tivemos conquistas ao longo dos últimos anos dentro da institucionalidade. Um exemplo é de

que a homossexualidade e a transexualidade foram retiradas da classificação enquanto doença pelo CID, um avanço que nos afasta da estigmatização.

Infelizmente, estas conquistas sozinhas não são suficientes para nos proteger da violência e vulnerabilidade social. A LGBTIfobia fere a dignidade humana, essencial para o exercício pleno da cidadania e do direito à cidade.

Para pensarmos uma Curitiba para além do conservadorismo, temos necessariamente que pensar na população LGBTI+ e em nossa relação com a cidade, para que tenhamos nosso espaço garantido e respeitado em nossa própria cidade.

Comprometimento:

1. Promover, como política de Estado, a cidadania à comunidade LGBTI+.
2. Vetar leis que afetem negativamente a comunidade LGBTI+.
3. Defender a cidadania à comunidade LGBTI+ em atitudes individuais e discursos políticos.

Propostas:

Cidadania

1. Criar o Plano Municipal de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBTI+, elaborado em conjunto com a sociedade civil, com o objetivo de implementar políticas públicas para a comunidade LGBTI+.
2. Criar a Coordenação Municipal da Cidadania e Direitos Humanos LGBTI+ dentro da estrutura do Executivo Municipal.
3. Criar o Conselho Municipal da Cidadania e Direitos Humanos LGBTI+, com representação paritária entre sociedade civil e governo, para garantir que o diálogo entre população e governo seja contínuo.
4. Promover, em conjunto com ONGs e coletivos LGBTI+, ações de promoção da cidadania e dos direitos LGBTI+.

Saúde

5. Estabelecer ambulatórios para saúde da população trans em áreas periféricas.

6. Qualificar profissionais da saúde para o atendimento humanizado em relação às pessoas LGBTI+, bem como garantir a utilização do nome social.
7. Especializar profissionais da saúde no atendimento a lésbicas, gays e bissexuais, tendo como objetivo acabar com a heteronormatividade do atendimento.
8. Especializar profissionais da saúde, principalmente da área de ginecologia e obstetrícia, no atendimento a mulheres lésbicas, bissexuais e homens trans.
9. Estabelecer uma rede de atenção e cuidado especializada na população intersexual.
10. Promover, em conjunto com organizações LGBTI+ da sociedade civil, campanhas de prevenção ao suicídio na comunidade.

Educação

11. Enfrentar o bullying LGBTIfóbico por meio da capacitação da equipe pedagógica em escolas e creches.
12. Inserir a temática da diversidade nos materiais escolares do município, a fim de educar para uma sociedade mais justa e inclusiva.
13. Reforçar o uso do nome social nos ambientes escolares, realizando formações para profissionais da educação.
14. Prevenir a evasão escolar da comunidade LGBTI+, principalmente da população trans, com o fomento de um ambiente acolhedor e de combate à LGBTIfobia.
15. Garantir a reinserção da comunidade LGBTI+, principalmente da população trans, na educação formal, por meio de programas de incentivo.
16. Garantir a permanência da população trans em situação de vulnerabilidade na educação formal, por meio de oferta de bolsas.
17. Estabelecer, junto com a política de garantia de oferta de vagas na educação para jovens e adultos, uma cota para pessoas trans, a fim de estimular a conclusão dos estudos formais.
18. Garantir o apoio psicológico e social especializado à comunidade escolar LGBTI+, incluindo estudantes, pais e profissionais da educação.

Trabalho e Renda

19. Instaurar critérios de prioridade para vulnerabilidades específicas dentro da comunidade LGBTI+ nos programas de transferência de renda, garantindo a equidade.
20. Desenvolver políticas públicas de trabalho e renda para LGBTI+ em situação de vulnerabilidade.
21. Promover a criação de cooperativas e empreendimentos de economia solidária para a comunidade LGBTI+.
22. Instaurar cotas para LGBTI+ em bolsas de trabalho.
23. Instaurar cotas para a população trans em serviços públicos municipais.
24. Garantir, por meio de políticas públicas, o acesso ao trabalho e educação profissionalizante para a população trans egressa do sistema carcerário.
25. Promover campanhas de valorização do emprego e da formação profissional da população trans.

Assistência Social e Moradia

26. Estabelecer acolhimento institucional especializado à menores de idade LGBTI+ vítimas da expulsão de casa.
27. Estabelecer Casas de Passagem e repúblicas LGBTI+ especializadas, além de Instituições de Longa Permanência para pessoas idosas LGBTI+, com foco nas periferias.
28. Promover cursos de acolhimento à população LGBTI+ para agentes sociais.
29. Alocar travestis e mulheres trans em alojamentos femininos, com o respeito ao nome social, como medida a curto prazo.
30. Promover cursos profissionalizantes com bolsa para pessoas LGBTI+ em situação de rua.
31. Estimular serviços de convivência e fortalecimento de vínculos da comunidade LGBTI+ dentro dos centros de acolhimento, bem como a promoção da cultura.
32. Pesquisar e registrar os dados de pessoas LGBTI+ em situação de vulnerabilidade, a fim de elaborar um programa de acolhimento.

33. Incluir a população LGBTI+ em situação de vulnerabilidade nos programas de habitação municipal e aluguel social.

Segurança

34. Incluir no treinamento da guarda municipal o acolhimento especializado à população LGBTI+ em suas especificidades.

35. Protocolar e registrar denúncias ligadas à LGBTIfobia.

36. Emitir certificados de espaços de combate ao preconceito, com o auxílio da comunidade LGBTI+.

5. Educação

Segundo a Secretaria Municipal de Educação (SME) de Curitiba a rede municipal de educação é composta por 545 unidades: 185 escolas municipais (sendo 3 de educação especial); 220 centros municipais de educação infantil (CMEIs); 8 centros municipais de atendimento especializado (CMAEEs); 75 centros de educação infantil conveniados; 41 faróis do saber; 4 bibliotecas, 2 gibitecas e 10 Núcleos Regionais da Educação (NRE).

Esta imensa rede de ensino cumpre o importante papel de acolher, cuidar e educar os filhos da classe trabalhadora de Curitiba e é operada por profissionais (professoras/es, educadoras/es, inspetoras/es, funcionárias/es administrativos, dentre outros) que possuem grande qualificação e competência. Mas a educação em Curitiba não vai bem. A começar pela remuneração e carreira das e dos profissionais, que estão com sua carreira congelada desde o início do governo Greca e recebendo reposições que não cobrem nem a inflação. Com a remuneração perdendo valor, sem plano de carreira e sem reposição de profissionais por concurso público a atual gestão demonstrou seu desprezo pela educação municipal, desvalorizando aquelas e aqueles que são o pilar central do sistema: os trabalhadores da educação.

Outro grave problema que atinge a rede municipal de educação é a falta de vagas na educação infantil, em especial nas creches. O que coloca em difícil situação milhares de mães que precisam trabalhar, mas não encontram amparo do poder público no cuidado com seus filhos, aprofundando a situação de pobreza das famílias, em especial na periferia de Curitiba.

Definitivamente a educação sofreu muito com a gestão Greca. O percentual de recursos do orçamento para educação diminuiu a cada ano, chegando a apenas 25,38% em 2019, um dos piores percentuais da história de Curitiba.

Com a pandemia do Covid-19 todos os problemas se agravaram na educação de Curitiba. Em que pese os heroicos esforços dos profissionais da educação, a conduta errática e caótica da cúpula da SME não conseguiu garantir o atendimento aos estudantes e nem as mínimas condições de trabalho para que os profissionais da educação pudessem desempenhar melhor o seu papel.

Esta situação precisa mudar. O PSOL propõe, em primeiro lugar, uma gestão da educação que valorize seus profissionais, que amplie o número de vagas, atendendo a demanda existente, que invista mais dinheiro na educação, chegando a 30% do orçamento ao final do mandato. No governo do PSOL a democracia será a marca da gestão, desde às escolas até a SME. Teremos uma educação libertadora, que combata os preconceitos, que seja inclusiva e preze pela qualidade.

Propostas:

1. Gestão democrática da educação, valorizando os conselhos de escola e o projeto pedagógico de cada unidade educacional. O tempo das ordens vindas de cima para baixo deve acabar e a autonomia dos educadores, escolas, CMEI e de cada unidade escolar será valorizada. O Conselho Municipal de Educação também precisa representar melhor os diversos atores da educação municipal, dando maior peso para os professores e para a comunidade e menor peso para a administração municipal.
2. Retomada imediata do Plano de Carreira dos Profissionais da Educação, com o pagamento dos avanços perdidos no período de congelamento. Garantia de data-base e reposição, ao menos, da inflação a cada ano e estabelecimento de uma política de reajuste que valorize os profissionais da educação com ganhos acima da inflação.
3. Facilitação das licenças para estudo. O profissional mais qualificado é essencial para a qualidade de ensino, portanto todo profissional da educação que ingressar em uma pós-graduação stricto sensu terá licença para concluir seu curso, sem seleção ou restrição de qualquer ordem.
4. Revisão de toda política de terceirizações e contratos precários na educação. A educação pública deve ser feita por profissionais concursados e bem remunerados. Por isso realizaremos concursos públicos para suprir a falta de profissionais e extinguir progressivamente as terceirizações e contratações precárias.
5. Nos seis primeiros meses de gestão apresentaremos um plano para zerar o déficit de vagas na educação infantil em Curitiba, garantindo a todas as crianças o acesso a educação pública e de qualidade.

6. Manutenção e ampliação das escolas que ofertam ensino fundamental (inclusive fundamental II).
7. Uma escola que acolha, respeite e valorize a diversidade, promovendo a capacitação de professores e educadores na aplicação dos conteúdos de educação étnico-racial, no combate ao machismo, a homofobia, com suporte de materiais pedagógicos específicos. Ampliação e fortalecimento da educação sexual para proteger nossas crianças (em especial as meninas) do abuso e da violência.
8. Aumentar o investimento em educação, chegando a 30% ao final dos quatro anos de gestão, possibilitando a ampliação de vagas, construção de novas unidades e recuperação da estrutura física das unidades que já estão em funcionamento.
9. Educação em tempo integral para todos que precisam. Estabeleceremos um plano, nos seis primeiros meses de gestão, para caminharmos em direção à universalização da educação em tempo integral na rede municipal de educação, que atenda todos os que necessitam e seja a forma predominante de oferta educacional em Curitiba.
10. Inclusão dos portadores de deficiência. Diminuição de alunos por turma onde existir alunos de inclusão e suporte pedagógico aos profissionais da educação.

6. Negras e Negros

O Brasil, apesar de ser composto por 54% de pessoas negras, segue, desde sua fundação, se estruturando sobre o racismo e operando políticas para exploração e extermínio do povo preto.

Tivemos nossa humanidade retirada e fomos vítimas de escravização, sob um discurso de que éramos inferiores, não tínhamos “alma” e éramos naturalmente melhores no trabalho braçal. Sob esse discurso, se criou uma identidade dotada de arquétipos com o objetivo de nos diferenciar e, pela diferença fabricada, nos marginalizar, explorar e excluir.

Há séculos lutamos contra a corrente. Contra o estupro e a eugenia disfarçados de miscigenação e democracia racial. Contra os estigmas de “bandido” e “promíscua”. Nos rotulam para nos manter à margem e na inferioridade, sem recursos e sem direitos. Nos sujeitam às posições mais desvalorizadas de uma sociedade que demanda o consumo de drogas e a prostituição, mas que não admite que mãos brancas sejam sujas na oferta. De um Brasil que se recusa a superar a Casa Grande e segue explorando mulheres negras no trabalho doméstico.

Somos a carne mais barata do mercado e nossos corpos são explorados ao esgotamento. E, uma vez que não temos mais utilidade, somos descartados por um Estado que oferece bala de fuzil a um povo que tem fome de pão, e encarcerados nas jaulas entre outras 60% de pretas e pretos que formam um exército de reserva, desprovido de oportunidades, direitos e humanidade. A cada 23 minutos, uma vida preta é exterminada e o genocídio segue.

A escravização pode ter durado até 1888, formalmente, mas suas marcas continuam presentes em nosso cotidiano.

A política de controle racial define para a população negra, quais são os territórios que podemos viver: antes as senzalas, depois os cortiços e hoje as comunidades, favelas e periferias.

Curitiba não é diferente, nossa “cidade modelo” é, por trás de toda sua propaganda e do “rosto da cidade”, a quarta capital mais favelizada do Brasil, com com mais de 300 favelas escondidas por um discurso hipócrita e higienista.

Curitiba é, de fato, uma Europa no Brasil e segue o exemplo dos colonizadores à risca: marginaliza, explora e, com toda a truculência que dispõe, invade, incendeia e mata nas periferias.

Nossa capital mantém uma constante política de genocídio e extermínio direto ou indireto da população negra. Direto, por ser materializado nas ações do estado contra os moradores destes territórios, legitimando por meio de políticas seletivas de repressão ao tráfico de drogas e na contenção da violência urbana

E indireto, quando, por sua política de omissão, o Estado deixa de prover o mesmo suporte dado às parcelas privilegiadas da população também a periferia e nos relega à nossa própria sorte.

Na Pandemia, temos sido o setor mais atingido da sociedade e chega a ser emblemático que a primeira morte de Covid-19 no país tenha sido de uma mulher negra, empregada doméstica de patrões abastados e que seguiram com suas vidas enquanto as nossas são descartadas.

Nas grandes chuvas, são os bairros periféricos e de maioria negra que, na falta de casas em condições adequadas, saneamento básico e estrutura urbana, são os mais atingidos. E a população em situação de rua, da qual somos 48%, segue com poucas políticas em seu favor, sendo que desde o início da gestão Greca este cenário tem sido ainda mais desolador.

Hoje, em todo Brasil, vemos os fundamentalistas das mais variadas tendências destruírem terreiros, símbolos dos candomblés e das religiões de matrizes africanas. Em Curitiba não é diferente: vários terreiros foram ateados com fogo por conta de um preconceito exacerbado e de falta de conhecimento. Temos que fortalecer a lei 10.639 que obriga as escolas a incluírem no seu conteúdo programático o ensino da Cultura Afro Brasileira e a História da África. Chega de sermos excluídos e hostilizados. Já que o Estado é laico, temos que ter nossos direitos protegidos.

Mas nem tudo está perdido. Somos 20% da população de Curitiba, que já foi um dos polos expoentes na luta anti-escravista. Temos uma das maiores comunidades de religiões de matriz africana e nossa história está estampada pela cidade. Podemos muito nessa batalha que está longe de terminada, mas precisamos de luta e organização para ocupar todos os espaços e nos inserirmos

nos debates de segurança pública, cultura, saúde e moradia. Nós somos o povo que desde o nascimento resiste e sobrevive. Nosso potencial é infinito e o poder está ao nosso alcance. Venha, vamos nos unir e combater.

Valorizando as iniciativas propostas no Plano Nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana, propomos o seguinte:

1. Apoiar as escolas para a implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, através de ações colaborativas com os fóruns de educação para Diversidade Etnicorracial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e sociedade civil;
2. Orientar as equipes gestoras e técnicas das Secretarias de Educação para a implementação da Lei 10.639/03 e Lei 11.645/08;
3. Promover formação dos quadros funcionais do sistema educacional por meio de Instituições de Ensino Superior, NEABs, SECAD/MEC, sociedade civil, movimento negro e outros que possuam conhecimento na temática;
4. Produzir e distribuir regionalmente materiais didáticos e paradidáticos que atendam e valorizem as especificidades (artísticas, culturais e religiosas) locais/regionais da população e do ambiente, visando ao ensino e à aprendizagem das relações etnicorraciais;
5. Articular com a UNDIME e a UNCME apoio para a construção participativa de planos municipais de educação que contemplem a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana;
6. Realizar consultas junto às escolas, gerando relatório anual a respeito das ações de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana;
7. Desenvolver cultura de auto-avaliação das escolas e na gestão dos sistemas de ensino por meio de guias orientadores com base em indicadores socioeconômicos, étnico-raciais, de gênero produzidos pelo Inep;

8. Instituir nas secretarias municipais de educação equipes técnicas permanentes para os assuntos relacionados à diversidade, incluindo a educação das relações etnicorraciais, dotadas de condições institucionais e recursos orçamentários para o atendimento das recomendações propostas neste plano.

7. Cultura

A diversidade cultural é o principal patrimônio da humanidade e é preciso reafirmar isso, pois estamos vivendo uma onda de retrocesso no setor da cultura no país. Desde o avanço do conservadorismo no Brasil, a partir de 2014, a cultura tornou-se um alvo constante e, como reflexo disso, vimos exposições sendo canceladas, arte de rua, como o grafite, passando a ser marginalizada, críticas generalizadas e, muitas vezes, injustas às leis de incentivo a cultura, perseguição a diversos artistas de renome por conta de suas posições políticas e perseguição de artistas e agentes culturais como um todo, além do desmonte das políticas de cultura. Houve resistência no governo Temer para não perdermos o MINC, mas o ataque se intensificou no governo Bolsonaro e agora não temos mais Ministério da Cultura no Brasil, nem Secretária da Cultura no Paraná, que é uma consequência direta do descaso e ataques ao setor.

Em Curitiba o prefeito Greca já no primeiro momento se colocou como inimigo da cultura cancelando a oficina de música, cancelando a Virada Cultural, perseguindo o pré carnaval, se colocando contra o grafite, como se a arte de rua não tivesse valor, e também contra os músicos de rua, o que proporcionou vários episódios de embate entre músicos e agentes de segurança, inclusive de nomes emblemáticos de nossa cidade, como o músico Plá.

Nossa Cultura merece respeito. O cenário que temos hoje é de orçamento reduzido para a cultura, menos de 1%, centralização dos equipamentos culturais, editais de fomento “viciados” e o quadro de funcionários reduzido. Por isso elencamos propostas para mudar drasticamente esse cenário, trazendo participação popular, apoio efetivo e respeito a área da Cultura por entender que ela é essencial para o nosso desenvolvimento enquanto sociedade:

1. Reafirmar a cidadania no pleno direito ao acesso à cultura por parte dos curitibanos.
2. Reformulação da lei municipal e do conselho municipal de cultura. Hoje o conselho não é deliberativo, o que acaba imobilizando sua atuação.

3. Retorno da Pedreira Paulo Leminski ao poder público e as atividades culturais. Depois de concedida a iniciativa privada, está sendo distorcida a sua função.
4. Eventos culturais nos espaços públicos, praças e ruas da cidade. Enfim, ocupação da cidade com arte, cultura, marchas, movimento.
5. Criação da CASA, Centro de Apoio Sociocultural Avançado, uma casa de cultura popular, cursos para a comunidade, educação ambiental em diferentes pontos da periferia de Curitiba para promover a cidadania ativa.
6. Respeito aos artistas de rua que querem dignidade para se apresentar. Definir áreas da cidade no setor histórico que possam ser ocupadas culturalmente por caráter turístico em horas não permitidas pela lei do silêncio
7. Resgate da memória cultural Paranaense com a construção de um memorial de Haikais em uma praça ao ar livre em homenagem a Paulo Leminski e Helena Kolodi.
8. Fomentar a arte e a cultura nas escolas, garantir o ensino de artes e o incentivo a leitura incentivar a cultura desde os primeiros anos do aluno, demonstrar sua importância e fazer trabalhos práticos com grupos de música e teatro, além de cinema e artes plásticas.
9. Utilizar os ônibus da cidade como veículos difusores de cultura, com apresentação de poesias e músicas para os passageiros.
10. Utilização da tecnologia para ampliar o acesso a cultura através de aplicativo da prefeitura, sites e redes sociais.
11. Fomentar a cultura alimentar para que as pessoas tenham acesso a uma alimentação mais saudável e ambientalmente correta conhecendo saberes tradicionais e novas formas de preparo, alimentos a nossa disposição que não se apresentam em mercados tradicionais e o caminho do alimento do plantio até sua mesa.
12. Reformular o incentivo a cultura para que seja democrático e de apoio artistas iniciantes, não refém de interesses econômicos.
13. Formulação de um Plano de Cultura de médio e longo prazo com a participação do corpo cultural da cidade.

14. Programa de formação de grupos musicais na periferia.
15. Programa de formação de grupos de teatro na periferia.
16. Programa de formação de jornais populares voltados a cultura.
17. Programa de formação de cinema popular.
18. Apoio aos museus e centros de preservação da nossa memória.
19. Apoio a economia Criativa e economia solidária incentivando artesãos e famílias que, usando conhecimentos populares e/ou inovação, movimentam a cadeia da economia local, levando criatividade e cultura em uma produção não agressiva ao meio.
20. Valorização da cultura popular e da cultura de rua como o grafite, o Break , o Hip Hop, o Slam e tantas outras formas de expressão culturais.
21. Políticas de participação das mulheres na cultura como forma de conseguir com que mais mulheres se expressem através da arte e também que não tenham que abandonar uma atividade cultural por outras atividades.
22. Criação de um programa de formação de talentos nas comunidades junto a criação de um circuito cultural com atividades diversas e apresentação em eventos para a cidade.

8. Transporte, Mobilidade e Direito à Cidade

Hoje temos uma Curitiba pensada como negócio, de costas para as reais demandas da população. O transporte, a moradia, as obras públicas, a arte e o acesso à cultura são direcionados, em sua maioria, conforme o interesse dos financiadores de campanhas de modo a extrair renda dos trabalhadores, que a cada dia têm seus salários achatados, e gerar oportunidades de negócios para estes parceiros. A luta pelo direito à cidade resgata os valores de uso e a proteção da vida em contraposição à ideia de cidade mercadoria, outra lógica de vivência ao reduzir as desigualdades, promover acesso à cultura e equipamentos públicos.

Para isto é preciso pensar o transporte coletivo voltado para outra forma de viver à cidade, onde o planejamento urbano e os meios de deslocamento sirvam para atender verdadeiramente as pessoas e não aos empresários do transporte. A tarifa que era de R\$ 3,70 quando Greca assumiu hoje custa R\$ 4,50. O total de passageiros por dia que em anos anteriores já foi de mais de 2 milhões hoje está em cerca de 1,3 milhões, devido ao alto custo da tarifa. O número de passageiros caiu 18% no período de 2015 a 2019 devido ao preço alto, às péssimas condições do transporte e ao uso maior de transportes alternativos, como o andar a pé, a bicicleta e o transporte por aplicativo.

Ao pensarmos outra lógica de cidade e mobilidade, contrapomos a cultura do carro. Essa cultura é incentivada por aqueles que lucram com isto: a indústria automobilística, as empreiteiras que recapam asfalto, mas não o anti-pó. Todo um status é construído em torno do carro, mas o que vem com isso são os financiamentos, endividamentos, congestionamentos, maior tempo de deslocamento e poluição do meio ambiente. A bicicleta e o deslocamento a pé devem ser integrados a um transporte público de qualidade, sendo feito no último trecho do alimentador, ou então na região central, com mais segurança. Faltam calçadas acessíveis, vias compartilhadas e educação voltada para o respeito ao ciclista.

O plano cicloviário de 2019 prevê mais 200 km de malha cicloviária somadas aos 208 existentes até então. Para a primeira fase (2019/2020), definida com mais de 46 km, somente 7% foi entregue. Além disso, apenas 15% da malha cicloviária é composta por ciclovias propriamente ditas, separadas e exclusivas para a movimentação da bicicleta, sendo grande parte delas em parques ou ainda sofrendo

compartilhamento indevido de pedestres. Deve haver manutenção e investimentos efetivos no sistema cicloviário, pois valorizar mobilidade alternativa em detrimento do carro é valorizar a vida, a saúde, o lazer e o meio ambiente.

A moradia é um elemento central do direito à vida e do direito à cidade. A lógica dos programas atuais retira dinheiro das famílias e do governos para favorecer as empreiteiras. A trabalhadora e o trabalhador ficam com as dívidas e condições precárias de habitabilidade, quando não estão sujeitos a despejos e desocupações em meio à pandemia do coronavírus.

Em Curitiba as dimensões da moradia digna não são respeitadas, sendo a habitação popular caracterizadas por imóveis distantes dos equipamentos públicos e que não consideram as necessidades das famílias nos aspectos culturais e socioeconômicos. Apesar das 1.870 famílias que receberam moradia em Curitiba desde 2017, o déficit habitacional de quase 80 mil domicílios (6,5%) está longe de ser combatido. Em Curitiba, o que prevalece é o interesse das empreiteiras na definição dos terrenos e na arquitetura das unidades habitacionais.

Propostas:

1. Priorização do transporte público: Priorizar o transporte coletivo público frente às soluções individuais e privadas;
2. Auditoria do transporte: Realizar a auditoria dos contratos do transporte público – CPI do Transporte – e das obras públicas;
3. Estímulo uso do transporte público: Estimular o uso do transporte público através da divulgação dos itinerários e das possibilidades de rotas junto a escolas, empresas, locais de maior aglomeração, pontos e terminais de ônibus;
4. Integração metropolitana: buscar reatar e expandir a integração metropolitana do transporte, fragmentada em 2015 em diferentes cartões-transporte e modos de gestão (URBS, Comec e demais empresas);
5. Proposição democrática de novas linhas: propor consultas às comunidades sobre demandas de transporte a serem atendidas, seja por extensão de linhas, novas linhas ou melhorias de conexões;

6. Integração temporal: implantar a integração temporal em todo o sistema, utilizando a tecnologia do cartão magnético, de modo a expandir a integração tradicional dos terminais também para os convencionais e as paradas avulsas nas praças do centro da cidade;
7. Expansão e melhora do sistema cicloviário: melhorar o sistema existente e implantar mais ciclovias, ciclofaixas e ciclorrotas, de forma a criar uma conexão em rede entre os bairros;
8. Garantir segurança de ciclistas e pedestres: os modais ativos devem ter máxima prioridade, de modo que o desenho urbano, os equipamentos, a infraestrutura viária e a educação do trânsito se guiem nesse sentido;
9. Estimular integração multimodal: colocação de paraciclos e bicicletários públicos junto a terminais de ônibus, estações e outros pontos de concentração de viagens, com conexão coerente e de qualidade com o sistema cicloviário;
10. Tarifação justa a curto prazo: implantar valor fixado mensal de R\$ 50 reais para estudantes e desempregados, custeada com a aplicação das sanções às empresas do transporte público, que descumprem diariamente os parâmetros contratuais e não são devidamente penalizadas
11. Tarifa zero e sustentável a médio prazo: implantar a médio prazo a tarifa gratuita no sistema de ônibus da cidade, com reestatização da frota e da gestão do transporte, de modo que o sistema seja realmente público;
12. Manutenção e melhora dos equipamentos de transporte: construção e manutenção de abrigos de qualidade em todas as paradas de ônibus da cidade. Melhora do conforto ambiental e dos acessos de estações-tubo e terminais, tanto para passageiros quanto para cobradores e funcionários (incluindo pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida);
13. Ampliação da frota: aumentar a frota de ônibus com veículos utilizando biocombustíveis e/ou energia elétrica para movimentação, contando com elevadores acessíveis;
14. Fechamento do Centro aos domingos: fechar as ruas do centro para pedestres e ciclistas, propiciando lazer e convívio e criando espaços para apresentação e ocupação culturais;

15. Melhora das calçadas: criar um programa voltado para a mobilidade do pedestre, com o intuito de garantir calçadas acessíveis em toda a cidade através do poder público, com prioridade de áreas periféricas;
16. Utilização dos espaços públicos: estímulo ao uso dos espaços públicos (praças, parques, ruas), sobretudo nos bairros periféricos, para ações culturais periódicas (com editais específicos para essa modalidade), com a atuação comunitária conjunta à guarda municipal, de modo que haja resgate e vivência nos espaços de convívio para as comunidades, aumentando a sensação de segurança e de pertencimento à cidade e à sua construção diária;
17. Patrimônio histórico arquitetônico e urbanístico: Catalogação precisa de Unidades de Interesse de Preservação (UIPs), com devida proteção, manutenção, devido restauro e estímulo ao uso desses espaços, divulgando a memória histórica de Curitiba por meio de rotas turísticas e educacionais nesses edifícios;
18. Produção de habitação social: Priorizar a criação de novas unidades habitacionais em espaços já dotados de equipamentos públicos e infraestrutura, principalmente em vazios urbanos de áreas valorizadas, como nos setores estruturais e no centro da cidade, aliada à recuperação de construções degradadas para o mesmo fim;
19. Assistência justa nas habitações sociais: Regulamentação da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, levada a cabo por universidades ou por órgãos sem fins lucrativos, de modo que a produção de habitações sociais não recaia nas mãos do mercado imobiliário;
20. Aluguel social: Considerar o aluguel social custeado pelos entes públicos como forma de ocupar o centro e inserir as famílias na dinâmica da cidade, reduzindo custos sociais com deslocamentos excessivos e priorizando o uso dos equipamentos públicos já existentes;
21. Formas de moradia: Criar sob o modelo de condomínio e comodato habitações sociais e outros tipos de habitação inclusiva, contando com a abrangência para a população vivendo nas ruas;

22. Validação das formas de construção: Validar e auxiliar novas formas de habitação, como a construção autogestionária feita pelos movimentos de luta pela moradia;
23. Regularização fundiária justa: acelerar os processos de regularização de ocupações informais com devida urbanização, observadas rigorosamente justificativas sociais e ambientais, de modo que as pessoas vivendo nas favelas de Curitiba tenham o acesso legal à cidade na qual já moram e recebam as melhorias de urbanização necessárias;
24. Realocações habitacionais justas: em casos de realocações, garantir que as famílias tenham habitação na mesma ocupação ou o mais perto possível, a fim de manter os vínculos sociais, de vizinhança, de pertencimento e da rotina de trabalho e mobilidade já estabelecidas;
25. Indenizações efetivas em remoções: garantir que moradores de domicílios autoconstruídos sejam indenizados em remoções ocorridas nos processos de regularização e urbanização
26. Aplicação efetiva do IPTU progressivo: Efetivar o IPTU progressivo no tempo de modo a viabilizar verdadeiramente a função social da propriedade, com possível revisão desse aspecto do plano diretor, que simplesmente delega a função social ao cumprimento da ocupação conforme zoneamento. Prosseguir com a desapropriação posterior ao instrumento, com destinação a habitação social e outros usos justos, conforme Estatuto da Cidade;
27. Aplicação justa de instrumentos do Estatuto da Cidade: revisar a qualidade social de instrumentos já aplicados, como a Operação Urbana Consorciada da Linha Verde, de modo que parem de servir a um ciclo sem fim de investimentos no setor privado. Lançar mão dos instrumentos de direito de preempção, outorga onerosa e operações urbanas consorciadas para a criação de espaços públicos e de habitação social em locais valorizados e semi-utilizados na cidade;
28. Delimitação de ZEIS: estabelecer e delimitar áreas destinadas a habitação de interesse social em toda a cidade, com priorização aos locais mais bem atendidos por transportes e serviços, segundo Estatuto da Cidade. Criar um planejamento do banco de terras para o futuro e para a rígida regulação do

preço da terra, evitando especulação imobiliária e produção mercadológica de imóveis.

9. Gestão Participativa

A gestão pública da máquina administrativa municipal na administração Greca está a serviço da privatização e da precarização. Contratos precários de mão de obra, terceirizações, institutos e organizações sociais desorganizaram a prestação dos serviços públicos. Na saúde, na educação e mesmo na administração central, o privado está se sobrepondo ao que é público com prejuízo financeiro e da qualidade para a população de Curitiba, em especial para aqueles e aquelas que mais dependem dos serviços públicos, as famílias trabalhadoras da cidade. Gerida de forma autoritária, a Prefeitura não ouve as pessoas, e mesmo as audiências públicas realizadas são uma farsa, em que a população não possui nenhum poder de decisão.

O PSOL defende um serviço público forte, prestado diretamente pela Prefeitura e por servidores estáveis, concursados e bem remunerados. Este é o caminho para a qualidade do serviço público. Defendemos ainda uma administração municipal democrática, onde a população possa direcionar as ações da administração, com poder de decisão através de conselhos deliberativos.

Propostas:

1. Plebiscitos e referendos. A população da cidade precisa ser consultada periodicamente sobre grandes obras a serem realizadas e decisões importantes da PMC. Por isso o PSOL terá como prática de gestão a realização e plebiscitos e referendos.
2. Participação popular. Criação e fortalecimentos de conselhos populares regionais e temáticos com poder de decisão em todos os bairros e áreas da administração municipal.
3. Implantar o orçamento participativo, onde a população possa influenciar a discussão sobre o orçamento público e as prioridades de gastos.
4. Fim das terceirizações. Todos os serviços públicos devem ser operados pela própria prefeitura, com servidores concursados.
5. Revisão de todos os contratos. Gestão de dados e informática, operação da frota de transporte público, alimentação escolar, veículos oficiais, coleta de lixo, limpeza e conservação, manutenção urbana, e demais contratos que

hoje oneram pesadamente o orçamento municipal e transferem a gestão e execução de políticas públicas para mão privadas serão revistos e a prefeitura irá operar diretamente todas as áreas possíveis.

6. Ouvir os servidores. Diálogo e escuta das reivindicações dos servidores público municipais, valorizando os sindicatos como interlocutores junto à PMC.
7. Condições de trabalho e remuneração para os servidores. Implantação/revisão/reactivação dos planos de carreira dos servidores municipais, garantindo justa remuneração, preservação do poder de compra e estímulo para o crescimento na carreira.
8. Estabelecer convênios com as universidades públicas e institutos de pesquisa localizados no município para garantir um programa de aperfeiçoamento profissional e desenvolvimento de métodos operacionais para a qualificação dos servidores públicos da Prefeitura.
9. Transparência e combate à corrupção. Total transparência dos contratos, licitações e gastos da PMC na internet, de modo inteligível, sem restrições. Fortalecimento da Controladoria Geral do Município, facultando a ela acesso a todos os documentos e pessoas da administração municipal.

10. Antiproibicionismo

A criminalização das drogas não apenas tem se mostrado ineficaz para o combate ao seu consumo, como está diretamente relacionada ao aumento da violência, das mortes por homicídio, do encarceramento e da sobrecarga do sistema penitenciário, além de restringir pesquisas médicas e limitar o acesso à saúde.

Modelos de descriminalização à luz de evidências científicas vêm sendo implantadas com sucesso desde a década de 1970 em diversos países. Essa política de descriminalização comprovadamente associa-se à redução da carga do sistema penal, bem como à redução de doenças infectocontagiosas entre usuários e ao aumento do acolhimento de usuários em programas de tratamento e redução de danos.

Portanto, a descriminalização, apesar de não ser uma política livre de riscos, evidentemente mostra-se como uma mudança necessária na formulação de políticas sobre drogas.

Por isso, o PSOL apoia a descriminalização e propõe ações municipais promovam o antiproibicionismo, o uso medicinal de substâncias psicoativas e programas de redução de danos. Tendo isso em vista, listamos as seguintes propostas:

1. Coordenar, desenvolver e estimular programas de Redução de Danos e de prevenção ao uso abusivo de substâncias psicoativas.
2. Promover e organizar seminários e conferências de políticas sobre drogas e redução de danos em âmbito municipal e estadual.
3. Promover e organizar seminários e conferências de políticas sobre uso medicinal de substâncias psicoativas em âmbito municipal e estadual.
4. Coordenar, desenvolver e estimular programas de redução de danos e reabilitação psicossocial, inserção social, cultura, educação, esporte, lazer e trabalho.
5. Estimular estudos, pesquisas, diagnósticos e levantamentos visando ao aperfeiçoamento dos conhecimentos técnico-científicos acerca do tema das drogas.

6. Articular os setores privados e públicos das três esferas do governo acerca da temática sobre drogas.

11. Esporte e Lazer

Esporte e lazer são atividades de suma importância para o aumento da qualidade de vida dos seres humanos. Sua prática traz enormes benefícios tanto para a saúde física quanto para a saúde mental. No entanto, numa sociedade capitalista, em que tempo é dinheiro, o direito ao tempo livre, ao ócio e ao lazer, garantidos pela Constituição, são muitas vezes sonegados à classe trabalhadora.

Uma das formas com que esse direito é sonegado é através da precarização do trabalho, que gera a necessidade de bicos nos horários livres para complementação de renda, o que por sua vez diminui o tempo disponível para o lazer. Podemos citar ainda a falta de dinheiro, que impede o acesso das camadas mais pobres aos bens culturais, além da falta de segurança para famílias, mulheres e pessoas LGBTI+ nos parques e estádios de futebol e da falta de acessibilidade para pessoas com deficiência.

Curitiba é uma cidade com mais de 30 parques e bosques, diversas opções de shoppings, praças, feiras, teatros, museus, baladas, barzinhos, estádios, galerias, além de diversos pontos turísticos. No entanto, uma parte considerável dos trabalhadores não chega sequer a conhecer a própria cidade, porque não têm dinheiro para pagar a passagem de ônibus para visitar esses lugares. A própria oferta de ônibus reduzida aos fins de semana mostra que a cidade foi construída apenas para o trabalho e não para o lazer. Mas uma cidade que se preocupa com o bem estar dos seus cidadãos não pode se deixar ser dominada pela lógica do capital.

Na lógica do capital, o tempo livre dos trabalhadores, que poderia ser usado para a prática de atividades físicas e o autoconhecimento, é moldado por uma política econômica centrada apenas no lucro da exploração de atividades consumistas e esvaziadas de valor. Nessa lógica, o cidadão sem dinheiro que visita um shopping center para se divertir e não consumir é considerado sujeito indesejável e se torna um estrangeiro na própria cidade.

Tudo isso deve ser levado em conta para o fomento de políticas públicas democratizantes na área do esporte e do lazer. Pensando nisso, o PSOL levantou as seguintes propostas para serem implementadas durante nossa gestão:

1. Volta da Tarifa Domingueira

Para que as pessoas possam exercer seu direito ao lazer é necessário criarmos as condições pra isso. Uma das medidas que iremos tomar é voltar com a tarifa domingueira a um Real, estimulando o acesso a bens culturais e até mesmo fomentando a economia da cidade aos domingos.

2. Criar espaços de convivência em conjunto com a comunidade

Se a cidade fosse um corpo, suas ruas, avenidas, largos e praças seriam as artérias por onde a vida flui. É nesses lugares que as pessoas estabelecem vínculos sociais e ressignificam sua relação com o espaço urbano. Nossa proposta é criar, em conjunto com as comunidades, espaços de convivência onde as pessoas se sintam acolhidas e também se sintam parte da cidade, pois é no espaço público que a cidadania se mobiliza e encontra referências para lutar por seus direitos.

3. Estimular a participação popular

Não existe cidade sem os seus cidadãos. Por isso, todas as medidas que afetam a vida dos curitibanos devem ser tomadas em conjunto com a sociedade através de consultas públicas, referendos e participação direta. Quem sabe mais sobre as necessidades da cidade é quem mora nela, e somos nós quem devemos ditar os rumos que a cidade deve tomar.

4. Parceria com as universidades públicas

Não existe cidade sem os seus intelectuais para pensar sobre ela. A prefeitura deve, portanto, fomentar a inovação tecnológica e urbanística através de parcerias com projetos de extensão das universidades públicas, levando sempre em consideração a participação pública.

5. Combate a especulação Imobiliária

Em Curitiba há muitos espaços deixados vazios de propósito para reforçar a especulação imobiliária. Com tanta gente sem ter onde morar, esse tipo de prática deve ser combatida. Para além da correção do déficit habitacional, uma das formas

de se ressignificar esses espaços seria transformando-os em parques, espaços de convivência e hortas comunitárias.

6. Combater o racismo, o machismo e a LGBTfobia no futebol

O Futebol é o esporte de alto rendimento que tem maior capacidade de se auto sustentar. No entanto, não podemos tratá-lo apenas como um produto comercial, mas também como um dos elementos culturais mais importantes para a formação da identidade brasileira. Em Curitiba, nós temos três grandes clubes que movimentam as paixões do povo curitibano. Ainda assim, uma parcela significativa dos torcedores e torcedoras ainda não se sentem totalmente acolhidos nesses espaços. Uma das formas de combater a discriminação nos estádios é criando campanhas para coibir manifestações preconceituosas racistas, homofóbicas, xenofóbicas e sexistas, bem como criando incentivos para os clubes fazerem o mesmo.

7. Democratização do acesso ao estádio

Da mesma forma, cada vez mais tomada pela lógica do mercado, a elitização do futebol afasta os torcedores mais pobres dos estádios. Nossa proposta será exigir contrapartidas sociais dos recursos públicos e renúncias fiscais dos clubes com o estabelecimento de ingressos sociais, acessíveis à população de baixa renda.

Mais algumas medidas:

8. Ampliação da oferta de jogos, torneios e competições entre escolas como forma de incentivar o esporte, o lazer e a sociabilidade no ambiente escolar, fornecendo equipamentos de qualidade e valorizando o profissional de Educação Física.
9. Apoio institucional a jogos, torneios e campeonatos populares, como futebol de várzea, entre outros.
10. Apoio institucional ao futebol feminino, bem como a outras modalidades de esporte feminino.
11. Adequação dos parques, bosques, museus às pessoas com deficiência, chamando-as para direcionar as iniciativas.

12. Estimular formação de espaços públicos de iniciativa popular nos fins de semana, preparando o trânsito para fechamento de ruas para feiras, shows e outros eventos.
13. Ajudar a promover, através dos meios de comunicação oficiais da prefeitura, eventos de interesse público que não têm meios para se divulgar.
14. Promover jogos, torneios e lazer para a Terceira Idade, como forma de garantir a intersecção entre esporte e saúde.
15. Promover o treinamento adequado da guarda municipal, retirando o caráter militar, para que os jovens e as famílias tenham acesso seguro garantido ao esporte e lazer, sem que haja a intervenção com brutalidade policial.

12. Assistência Social

A Assistência Social é uma política social pública que foi reconhecida como direito pela Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) em 1993, tornando-se então direito de todos (as) os (as) brasileiros (as) e dever do Estado. Juntamente com a Saúde e a Previdência, integra o Sistema de Seguridade Social brasileiro.

O PSOL tem compromisso com políticas públicas de assistência social que não reproduzam uma lógica tutelar e paternalista, mas que se fundamentem na dignidade e na defesa dos direitos humanos. Defendemos de maneira intransigente o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a centralidade que a seguridade social tem na garantia de uma sociedade mais justa e mais humanizada.

Sob a distópica consigna de 20 anos sem investimentos públicos (EC 95/2016), afetando principalmente a Assistência Social, a educação pública e a saúde pública, temos acompanhado um intenso projeto de desmonte da coisa pública no Brasil, empurrando cada vez mais pessoas para a vulnerabilidade social e intensificando o projeto ultraneoliberal de descartabilidade da vida. O primeiro orçamento pós-PEC do Teto de Gastos (EC 95) do governo federal (2018) ceifou R\$1,2 bi só da rede de proteção do SUAS. Além disso, a reforma da previdência e a atual proposta de reforma administrativa complementam esse cenário nefasto de precarização da vida das trabalhadoras e trabalhadores.

Estadualmente, o governo de Ratinho Jr., ao qual a gestão municipal de Curitiba é plenamente alinhada, também vem atacando intensamente a seguridade social. O Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), fórum de controle social, está sem gestão desde junho deste ano, sem a prorrogação do mandato anterior, descumprindo a Lei Orgânica da Assistência Social ao impedir a existência do CEAS.

Em Curitiba, a situação de desmonte do SUAS não é diferente. A atual gestão adota uma política de assistência social higienista, que legitima a violência contra a população em situação de rua e coloca pessoas em vulnerabilidade em situação de marginalização social.

Em 2018, o atual prefeito, Rafael Greca tentou desferir duro golpe na rede de proteção social ao tentar fechar 7 CRAS e 4 Unidades de Atendimento na cidade.

Apenas a partir de muita mobilização da categoria e da sociedade é que se obteve uma liminar suspendendo o fechamento. Dois anos antes, após o encerramento das atividades do Instituto Pró Cidadania de Curitiba (órgão não governamental que atuava como complementar na oferta de subsídio alimentar), a gestão municipal não só não adotou medidas para suprir esse déficit, como dois anos depois ainda tentou diminuir a rede de seguridade social de Curitiba. Em 2017, o programa Curitiba Sem Miséria foi encerrado antes do prazo, deixando à própria sorte centenas de famílias.

Já no início de sua gestão, Rafael Greca voltou a exibir aquilo pelo qual é bem conhecido: seu ódio a pessoas pobres e à população em situação de rua, bem simbolizado no fechamento do guarda-pertences da Praça Osório, serviço que era ofertado à população vulnerável que por ali circulava, o que permitia aglutinar potenciais beneficiários de outros serviços, como os Centros Pop e a central de abordagem. Também não são raras as mortes por frio ou resultado de ações violentas policiais de pessoas a quem o acesso à moradia e à assistência social são negados persistentemente na “capital modelo”.

Em meio à pandemia da Covid-19, a prefeitura de Curitiba adotou uma postura omissa com relação à população em situação de rua, gerando justificada revolta da população que há 5 meses aguarda a adoção pelo poder público de medidas emergenciais efetivas de acolhimento e combate ao avanço da doença.

Outras cidades e capitais pelo país com orçamentos muito menores do que o de Curitiba, aprovaram para a preservação da renda e da saúde de seus habitantes programas de garantia de uma renda básica. Isso poderia ser feito de diversas formas, para compensar o déficit do auxílio federal ou para áreas mais afetadas pela pandemia, como micro comércios principalmente ligados à alimentação, cultura e lazer. A título de exemplo em Vitória-ES foram atendidas as famílias inscritas no CadÚnico que não estão recebendo o auxílio federal. O que em Curitiba é aproximadamente 3% das famílias do cadÚnico o que corresponde a 3600 famílias. Com por exemplo 300 reais por mês por 3 meses gastaríamos apenas 3,24 milhões de reais, o que corresponde a menos de 0,035% do orçamento de Curitiba.

Na capital do estado, as mortes por Covid-19 atingem mais pessoas pretas e pobres, o que demonstra a marginalização de parte dos curitibanos promovida pelo poder público. Além disso, a falta de condições dignas de moradia se expressa nas

mais de 300 favelas, nas milhares de pessoas em situação de rua e na violência policial chancelada pela administração municipal como mecanismo preferencial de “comunicação” com a população vulnerável de Curitiba.

Nesse sentido, o PSOL propõe:

1. Fortalecer o Conselho Municipal de Assistência Social como espaço de debate entre o poder público e a sociedade civil;
2. Fortalecer os espaços de controle social e interlocução com fóruns de trabalhadores do SUAS para definição dos processos de trabalho e ordenamento dos serviços;
3. Investir em uma política econômica que vise à ampliação de empregos estáveis e aumento da renda;
4. Garantir que as políticas de Assistência Social alcancem todo o território do município, sobretudo porque em muitas localidades o Estado se apresenta exclusivamente na forma de repressão;
5. Ampliar os direitos e investir nas políticas sociais para configurar um sistema amplo de proteção social municipal de qualidade;
6. Aumentar gradativamente o número de trabalhadores contratados por meio de concurso público;
7. Iniciar uma campanha de revalorização dos diferentes profissionais que atuam na assistência social no âmbito do município, em todas as políticas públicas municipais, buscando articulação e diálogo com os respectivos conselhos profissionais e sindicatos das categorias na construção de planos de trabalho e programas de formação condizentes com suas especificidades em uma abordagem multidisciplinar;
8. Instaurar uma política de educação e capacitação permanente e continuada para as/os trabalhadoras/es das políticas sociais em Curitiba;
9. Integrar os abrigos do município aos equipamentos de saúde, educação pública, cultura, trabalho, esporte, lazer, habitação e geração de renda da rede municipal, implementando uma política integrada para pessoas em situação de vulnerabilidade social, visando a superação dessas condições;
10. Ampliar a rede de atendimento (Centros Pop, Casas de Passagem, Hotéis Sociais, Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos);

11. Melhorar a condição física dos equipamentos;
12. Humanizar os serviços de abrigos e albergues e repensar critérios de inclusão para torná-los mais flexíveis e adequados à realidade de quem vive na rua;
13. Compromisso com as pautas do Movimento Nacional da População de Rua, em especial no que se refere às reivindicações mais urgentes de acesso a banheiro, alimentação, pontos de higienização, materiais de proteção (máscaras) e atendimento médico durante a pandemia;
14. Construir novos restaurantes populares;
15. Implantar serviços na modalidade volante de CRAS para atendimento em favelas e ocupações;
16. Promover uma política de atendimento integral e multidisciplinar no atendimento a usuários de drogas, centrada no acolhimento e respeito à autonomia dos indivíduos, que elimine a realização de recolhimentos compulsórios;
17. Criar políticas de assistência social focadas na (re)inserção social de egressos do sistema prisional;
18. Ofertar serviço socioassistencial para orientação a migrantes, refugiados e apátridas;
19. Garantir um programa de renda básica para a proteção da vida da população e dos impactos da pandemia.

13. Trabalho e Renda

O estatuto das cidades preconiza o direito à cidades sustentáveis, contendo também o direito ao trabalho para as presentes e as futuras gerações. Infelizmente, não há nada mais distante do cenário que temos hoje, com o avanço da informalidade, precarização do trabalho e com um governo federal, aliado de Greca e Ratinho, que quer roer ainda mais os já reduzidos direitos trabalhistas ligados ao emprego formal.

Em meio a tudo isto, a crescente desindustrialização afeta Curitiba com o fechamento de unidades fabris e demissões em massa. No setor de serviços, a pandemia afetou a demanda, além da crise já instaurada pela redução do poder de compra dos trabalhadores, fazendo com que muitos setores efetuassem demissões em massa.

Vimos também a mobilização dos trabalhadores por aplicativo, que têm os direitos subtraídos pelos negócios de plataforma e fazem jornadas extenuantes. Muitos pequenos comércios fecharam as portas por terem dificuldade de acesso ao crédito, provocando que ainda mais pessoas tenham dificuldade de manter sua renda. Além disso, os recortes de gênero, raça e sexualidade também afetam, de forma diferente, aqueles que vivem do próprio trabalho.

Greca extinguiu a Secretaria do Trabalho e colocou a área na FAS – Fundação de Assistência Social, comandada por Thiago Ferro até a descompatibilização deste para as eleições, sendo que a área ficou na Diretoria de Qualificação para o Trabalho. Outra área correlata ao trabalho é a Agência Curitiba, que atua na economia criativa, mas está restrita sobretudo à parcerias com empresas privadas, sem alcançar a juventude desempregada de Curitiba, que não trabalha e nem estuda em muitos casos. Estes projetos geralmente contam com a participação de sobrenomes conhecidos e o impacto social fica mais na ideia do que na prática.

Queremos uma cidade que possibilite trabalhos não alienantes, com significado, que garantam renda, dignidade e acesso aos direitos básicos. Queremos uma Curitiba onde as pessoas tenham os direitos trabalhistas respeitados, o trabalho em jornada compatível com a vida, o trabalho mais próximo de casa e os trabalhos coletivos que mudam a cidade e a sociedade.

Com o que vivemos nos últimos tempos, reafirmamos nossa posição PELA VIDA ANTES DO LUCRO, com ações do poder público que garantam a responsabilidade sanitária devida com trabalhadoras e trabalhadores. Sabemos que o índice de contágio é maior entre quem está desempregado e em busca de trabalho, do que em quem está empregado e está trabalhando de forma presencial, e, por fim, há um índice menor ainda em que teve a saúde preservada pelo home office. Fica explícito que os trabalhadores e trabalhadoras são vistos apenas como números. Por isso, propomos que todos tenham condições de se deslocar e exercer suas atividades preservando a saúde, e quando estas condições não forem garantidas, que todos possam ter uma RENDA MÍNIMA CURITIBANA, para cuidar de si e dos seus.

Para viver, a sociedade precisa de serviços ambientais, do trabalho no campo, da psicologia e do cuidado com crianças e idosas. Como essas atividades, sobretudo para a população pobre, não são rentáveis aos olhos do capital, além de termos uma massa de desempregados e desempregadas, temos, também, serviços vitais para o bem viver relegados às classes trabalhadoras.

Propostas:

1. Criação de frentes de trabalho junto à população em situação de rua e desempregados, de forma remunerada, capacitando-os para a recuperação de áreas verdes, como rios e áreas de proteção ambiental, em parceria com a Sanepar (com disponibilização de materiais) e ONGs ambientais (com capacitação e acompanhamento), aliando recuperação ambiental, geração de renda e saúde mental;
2. Cadastro de desempregados para o direcionamento de vagas por capacitação, região e interesses dos mesmos;
3. A partir da agricultura urbana, apoiar as hortas comunitárias já existentes e criar novas, ocupando os vazios urbanos da cidade com a produção de alimentos saudáveis, renda e sociabilidade;
4. Apoiar os empreendimentos e redes de economia solidária já estabelecidos no município, estimulando e garantindo condições para a criação de novos, de acordo com as necessidades dos territórios e anseios dos trabalhadores e

trabalhadoras. Dentro desse panorama, evidenciar a autogestão como uma perspectiva de organização libertadora para a classe trabalhadora;

5. Apoiar a economia criativa dos trabalhadores e trabalhadoras da cultura, para além das áreas centrais e da classe média, fazendo com que os jovens da periferia possam também ter a oportunidade de optar por estas áreas;
6. Instituir a Renda Curitibana para trabalhadores e trabalhadoras desempregados e para famílias em situação de vulnerabilidade;

14. Acessibilidade

Apesar de 24% da população brasileira ser composta por pessoas com deficiência, ao transitar por nossas ruas, calçadas e prédios públicos, percebemos a negligência das infraestruturas em relação às normas mínimas de acessibilidade. Isso se demonstra desde a falta de rampas, elevadores e banheiros construídos para todas as pessoas usarem, até na falta de informações em braile e de profissionais tradutores em libras nos espaços públicos e privados.

Esta realidade se dá principalmente porque a acessibilidade ainda é concebida de uma forma individualizante, ou seja, são feitas apenas adaptações mínimas para acessibilidade, como uma rampa que é construída numa escola somente quando uma pessoa com deficiência motora começa a estudar lá. Portanto, não se pensa a acessibilidade de uma forma universal. Por isso, é essencial que implantemos espaços acessíveis para todas as pessoas, com recorte de classe, de gênero, de raça, idade e tantos outros de individualidades que precisam ter suas necessidades atendidas para o seu pleno desenvolvimento e potências. É pela adaptação a essas bases minoritárias que a sociedade em geral se beneficia.

Grande parte dos espaços e dos serviços não acessíveis às pessoas com deficiência são de competência municipal. As vias públicas, o transporte público, a fiscalização do cumprimento das normas de acessibilidade e a maior parte do ensino básico e da saúde da família entram nesse mérito. Entretanto, Curitiba não possui uma lei sequer a respeito da acessibilidade, havendo no máximo algumas instruções e portarias específicas. Isso mostra exatamente o tipo de cidade modelo que Curitiba é: tem mais leis a respeito de multa por se jogar lixo no chão do que para garantir a acessibilidade no município.

É necessária, em Curitiba, a criação de mecanismos municipais que possam fiscalizar, formar profissionais e fazer valer a acessibilidade prevista nas normativas federais e no estatuto da pessoa com deficiência. Afinal, é papel de todo poder público garantir a dignidade humana em sua competência. Por isso, Curitiba deve priorizar a acessibilidade como princípio universal através de políticas públicas que garantam a cidadania, a participação política e o acesso para todo mundo, de modo

que as pessoas com deficiência possam se expressar e solucionar democraticamente suas demandas.

Propostas:

1. Trabalhar com o conceito de reconhecimento político das diferenças como um fundamento para dar base a todas as políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência e garantir que essas políticas estejam imbuídas da concepção de acessibilidade universal;
2. Garantir maior representatividade de pessoas com deficiência dentro dos conselhos;
3. Garantir que o Estado cumpra com o seu dever de aplicar a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e seguir as diretrizes mínimas da NBR 16.537/2016 da ABNT;
4. Promover e apoiar atividades que contribuam para a efetiva inclusão cultural, econômica social e política das pessoas com deficiência, garantindo a representação dessas pessoas nas áreas de Saúde, Habitação, Transporte, Educação e outras;
5. Promover formações de cunho anticapacitista para todo quadro de servidores municipais;
6. Investir na infraestrutura de equipamentos esportivos, sobretudo na reforma e requalificação de quadras nas escolas. O foco será dado aos equipamentos voltados às juventudes e na acessibilidade para pessoas com deficiência.